

O lobby presente na educação à distância



Bruno Carazza

Um decreto que o governo anuncia para hoje, apertando as regras para os cursos de educação à distância, movimentou os corredores e gabinetes de Brasília nos últimos meses. Representantes dos maiores grupos educacionais do país fizeram uma verdadeira blitz em diversos órgãos para suavizar a nova regulação e preservar uma fonte considerável de lucro.

Dados do Censo da Educação Superior, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram que a oferta de vagas em cursos de educação à distância (EaD) cresceu 167,5% nos últimos cinco anos, enquanto na modalidade presencial elas caíram 13,5%.

Praticamente quatro em cada cinco vagas oferecidas para ingresso em cursos de graduação no Brasil estão concentradas no modelo à distância. Num país de dimensões continentais e renda baixa, o uso da tecnologia para a disseminação massificada de conhecimentos se configura como uma alternativa para ampliar o número médio de anos de escolaridade da população.

Sem regras firmes relativas à qualidade desse serviço, porém, o crescimento exponencial do EaD pelas faculdades privadas se tornou tão somente fonte de lucros num mercado de venda de ilusão de prosperidade para milhões de jovens.

A baixa qualificação da mão-de-obra é uma das principais fontes de queixa de executivos e fator que contribui para a baixa produtividade das empresas brasileiras. Apesar disso, 93% das 10 milhões de vagas de ensino tecnológico estão concentradas no ensino à distância. Melhorar a regulação desse serviço é fundamental, portanto, para melhorar a capacitação profissional de nossos trabalhadores.

Situação mais preocupante emerge quando se trata da formação de nossos futuros professores. Quase nove em cada dez vagas de licenciatura — cursos que preparam para a carreira docente, nas áreas de pedagogia, letras, matemática, ciências e artes — estão concentradas no ensino à distância.

Enquanto os países avançados e nossos vizinhos com os melhores desempenhos no teste Pisa, como Chile e México, baseiam-se no método presencial para a formação de seus professores, no

Brasil prevalecem as aulas assíncronas ministradas à distância. Para as faculdades privadas, o EaD minimiza custos e maximiza receitas; já o país acumula prejuízos com milhares de professores "formados" sem prática e sem o aprendizado de técnicas de ensino que só se adquirem em salas de aula de verdade.

Não é por coincidência que nossos níveis educacionais deixem tanto a desejar. O estudo "Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira no pós-pandemia", produzido pela entidade fides pela Educação com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), revela que, em 2023, apenas 55,1% dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental tinham aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 43,5% em Matemática. Sem professores formados adequadamente, fica difícil esperar que a educação seja um instrumento relevante para a mobilidade social e a redução das desigualdades.

Embora tenha havido uma proliferação no número de instituições privadas de ensino nas últimas décadas no Brasil, o setor passou por uma intensa concentração nos últimos anos. De acordo com o anuário Valor 1000,

os dez maiores grupos educacionais do país tiveram um faturamento conjunto de R\$ 27,8 bilhões em 2023. É justamente para defender esse mercado bilionário que representantes do setor têm feito uma forte pressão em Brasília para evitar que o Ministério da Educação imponha condições mais duras a respeito da qualidade dos cursos EaD no Brasil.

De acordo com a plataforma Agenda Transparente, um serviço desenvolvido pela organização Fiquem Sabendo que consolida informações dos compromissos públicos de autoridades do governo federal, representantes dos grupos educacionais têm feito uma rotatória de visitas para defender seus interesses.

Desde que as discussões sobre a nova regulação ganharam força no governo, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC vem sendo assediada com audiências solicitadas por executivos de gigantes como Cogna, Yduqs, Anima, Ser Educacional e Virtu Educação. Muitas vezes os encontros são intermediados por entidades como Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Associação Nacional das

Universidades Particulares (ANUP), Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi) e Associação dos Centros Universitários (Anacru), que concentram e multiplicam o poder de influência do setor.

Nas últimas semanas, com a minuta do decreto no Palácio do Planalto, o lobby subiu de nível. A proposta do MEC, era até tímida em comparação às melhores práticas internacionais: exigir pelo menos que 50% da carga horária nos cursos de licenciatura sejam presenciais. O lobby das universidades privadas ainda conseguiu empacar que aulas síncronas mediadas fossem computadas como presenciais. E ainda assim acharam ruim.

Parece que mais uma vez a gana privada por maior lucro prevaleceu sobre o interesse público na melhoria da educação brasileira.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilegiados (volume 1)" e "Deberes, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras. E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Legislativo Proposta defendida por ampla frente empresarial é visto com apreensão por ambientalistas

Senadores devem votar projeto que flexibiliza regras de licenciamento ambiental

Rafael Bitencourt e Gabriela Guido
De Brasília

A proposta de novo marco do licenciamento ambiental deve ser votada essa semana no Senado e já mobiliza entidades empresariais a favor, e de ambientalistas, contrário ao texto proposto. A matéria tramita simultaneamente nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) — em um rito incomum. O parecer já foi lido pelos relatores na semana retrasada e deve ser votado na CMA nesta terça-feira (20) e, na quarta-feira (21), na CRA.

Aprovado pela Câmara em 2021, o projeto estava parado no Senado desde então por uma falta de acordo entre os relatores, Tereza Cristina (PP-MS) e Confúcio Moura (MDB-RO). Após acordo mediado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), chegou-se a um texto único, superando divergências em pontos polêmicos.

Nesta terça-feira, frentes parlamentares dos setores agropecuário, de energia, infraestrutura, logística, petróleo, mineração e construção civil alinham com Tereza Cristina, para discutir o relatório.

Segundo apurou o **Valor**, a criação desse novo marco é uma prioridade para Alcolumbre. Em um Senado lento na aprovação de temas importantes, o parecer deve ser aprovado em plenário ainda

neste mês. Se isso ocorrer, o texto volta à Câmara por conta das mudanças feitas pelos senadores.

As entidades ambientalistas afirmam que há o risco de ocorrer um fletamento na estrutura de avaliação e mitigação dos impactos de atividades econômicas sobre o meio ambiente no ano de realização da edição brasileira da conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP30). Na última sexta-feira (16), o Observatório do Clima listou uma série de preocupações com o relatório da senadora e de Confúcio. Hoje (19), o Instituto Socioambiental (ISA) divulga nota técnica para mostrar os potenciais efeitos negativos das mudanças no rito de licenciamento. O trabalho dessas entidades é uma tentativa de reverter a articulação da bancada ruralista e de setores empresariais que conseguiram influenciar na formação do PL. A avaliação é que a apatia do governo em lidar com o tema contribuiu para o avanço da proposta.

De acordo com o levantamento do ISA, mais de 3 mil territórios demarcados — Terras Indígenas (TIs), Territórios Quilombolas (TQs) e Unidades de Conservação (UCs) — estão ameaçados com a entrada em vigor do marco legal. Isso inclui 259 TIs (quase um terço de todas existentes) e 1,5 mil TQs (80% do total). Técnicos do ISA identificaram 75 obras do Novo PAC dentro da Amazônia Legal contempladas com a simplificação do rito de licenciamento. Os projetos do programa seguem um caminho especial de licenciamento por afetar 277 áreas protegidas. Por efeito do novo marco legal, o número de áreas cairá para 102.

Em análise mais abrangente dos impactos do projeto, o ISA estimou que 18 milhões de hectares de floresta — área equivalente ao Estado



Tereza Cristina: senadora deve se reunir com deputados de frentes empresariais para discutir relatório na terça

do Paraná — estariam desprotegidos no novo regime jurídico. Um dos pontos mais controversos do relatório é a extensão da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para projetos de pequeno e médio

porte e que sejam, também, de baixo e médio potencial de impacto.

O texto também dispensa de licenciamento ambiental o "cultivo de espécies de interesse agrícola, temporárias, semipermanentes e peren-

nes". Outros usos do solo que podem gerar impacto ambiental, mesmo que envolvam a atividade agrícola, devem estar de acordo com a legislação específica de cada um, como é o caso do uso de agrofitóxi-

Rodrigo Justus, consultor de meio ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), defende que "tudo" na atividade agropecuária já é "altamente regulado", sobre uso do solo, recursos hídricos e os chamados defensivos agrícolas.

"A atividade rural depende de muitas outras: construção de estrada, construção de ferrovia, construção de sistemas de armazenamento e tudo isso está vinculado a um licenciamento ambiental que continuará existindo com essa lei. O que a gente quer é agilizar prazos, reduzir custos com burocracia e acabar com duplicidade de procedimentos", disse Justus, ao **Valor**.

O superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bontempo, entende que agora é o momento de aprovar a nova legislação.

"O assunto já está bastante maduro e está claro que essa é a melhor maneira de racionalizar e modernizar o processo de licenciamento do país, questão que reflete diretamente no custo Brasil", disse o técnico da confederação ao **Valor**.

O governo está dividido sobre como entrar no embate. A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, classificou o texto como "grande retrocesso" e sinalizou que dialogaria com parlamentares para evitar a aprovação de "medidas destrutivas". Ainda é incerto se a liderança do governo na Casa, comandada pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), fará um movimento para mudar o texto. Questionados sobre a críticas ao atual texto do PL, os relatores não retornaram até o fechamento desta edição.

Proposta estava parada no Senado desde 2021 e deve retornar à Câmara dos Deputados

Sofia Aguiar, Renan Truffi, Caetano Tonet e Gabriela Guido
De Brasília

O governo federal vai tentar conter a convocação de sessão do Congresso Nacional em maio como forma de evitar a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os descontos indevidos a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A articulação do Palácio do Planalto aposta nessa estratégia como forma de acalmar os ânimos dos parlamentares até junho e contornar

a instalação.

O plano foi traçado na última sexta-feira (16) em reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros. Participaram do encontro os chefes da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, da Previdência Social, Wolney Queiroz, das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

De acordo com fontes do **Valor**, o governo manteve o posicionamento de ser contra a instalação da CPMI e, por isso, vai postergar ao máximo essa dis-

cussão. Em publicação nas redes sociais na sexta-feira, Gleisi alegou que a comissão pode comprometer o sucesso da investigação policial e atrasar o ressarcimento das vítimas.

A avaliação do Planalto é que o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deve barrar a instalação em maio, o que vai dar tempo para a gestão articular com congressistas a retirada de assinaturas.

Com o apoio de 259 deputados e senadores, o requerimento precisa ser lido por Alcolumbre em uma sessão do Parlamento. A próxima está prevista para o dia

27 de maio, mas o objetivo é evitar que a leitura seja feita nesta data. Há ainda requerimentos para instalação de CPI sobre o tema na Câmara dos Deputados.

A estratégia foi elaborada pela cúpula do governo depois que, na última semana, parlamentares da base passaram a defender a instalação do colegiado com o discurso de que o esquema de fraudes no INSS começou no governo de Jair Bolsonaro (PL) e só foi desmantelado através das investigações dos órgãos de controle da gestão atual.

Paralelo a isso, em uma conversa na última quinta-feira (15),

Alcolumbre alertou Gleisi de que será difícil barrar a instalação da CPMI diante do alto número de parlamentares, incluindo da base do governo. Ainda assim, o presidente do Congresso mantém a posição contrária à instalação da CPMI e indicou que poderia atrasar o início dos trabalhos. Ele defende que colegiados investigativos dominam a pauta do Congresso em detrimento de temas prioritários.

Na semana passada, Gleisi deixou de acompanhar Lula no velório do ex-presidente do Uruguai José "Pepe" Mujica para conversar com Alcolumbre e

acompanhar a participação do ministro da Previdência, Wolney Queiroz, na Comissão de Transparência Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu governistas na presidência e na relatoria da CPMI para mostrar a força da base.

Já o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), disse que mudança de postura da gestão era esperada pela oposição. "Nós sempre esperamos que o governo, em algum momento, não ia conseguir resistir", explicou o senador do PL do Rio de Janeiro.

Para evitar CPMI, Governo busca derrubar sessão do Congresso